

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

A Consulta do Relatório e Contas do Centro Hospitalar de S. João, Porto revela que no final de 2014 existiam 5.387 profissionais naquele centro hospitalar, sendo também referido que tem havido uma diminuição do número de trabalhadores, nomeadamente dos assistentes operacionais e enfermeiros. No documento são avançadas as causas para a diminuição de profissionais no centro hospitalar, como a diminuição do número de renovações e o facto de as contratações de novos profissionais “envolverem procedimentos que incluem o consentimento da tutela”. São ainda descritos os trabalhadores entrados, saídos e a diferença entre entradas e saídas, que se transcrevem no quadro abaixo:

Profissionais	Entradas	Saídas	Diferença entre Entradas e Saídas
Médicos	39	39	0
Enfermeiros	0	59	-59
Técnicos	6	16	-10
Assistentes Técnicos	0	30	-30
Assistentes Operacionais	37	91	-54
Internos	392	439	-47
Outros	5	2	3
Total	479	676	-197

No que respeita aos trabalhadores em regime de prestação de serviços e trabalhadores empresas, no relatório e contas de 2014 existem “4 enfermeiros; 20 médicos; 5 técnicos de diagnóstico e terapêutica e 5 intitulado de outros”, perfazendo um total de 30 profissionais em regime de prestação de serviços e trabalhadores empresas. Ainda segundo o mesmo documento, estes profissionais estão a dar “apoio à VMER, colheita de sangue de dadores; médicos codificadores e de apoio e aos serviços clínicos – saúde ocupacional”.

Recentemente, a Comissão Parlamentar de Saúde visitou o Hospital de S. João e reuniu com o Conselho de Administração, tendo-nos sido comunicado que aquela unidade de saúde tem pendente de autorização um pedido para a contratação de 116 profissionais de saúde, dos quais 55 assistentes operacionais; 6 assistentes técnicos; 25 enfermeiros; 21 técnico de diagnóstico e terapêutica, mas ainda não recebeu luz verde do Governo para proceder à abertura dos procedimentos concursais. Importa, ainda, mencionar que estes 116 profissionais não conseguem suprir o número de profissionais saídos em 2014, uma vez que o diferencial entre o número de trabalhadores saídos e entrados é de menos 197.

O PCP defende que a existência do Serviço Nacional de Saúde está indelevelmente associada, entre outros fatores, à alocação de profissionais em número suficiente para prestar cuidados de saúde de qualidade e à valorização social e profissional destes trabalhadores, por isso temos defendido e apresentado propostas, no decurso desta legislatura, para a contratação dos profissionais em falta e para a reposição dos direitos retirados.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais em vigor, solicitamos ao Governo, através do Ministério da Saúde, que nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Confirma o Governo a existência dos 116 pedidos de autorização para a contratação de profissionais por parte do Centro Hospitalar do S. João?
2. Quando é que o Governo vai autorizar a abertura dos procedimentos concursais?
3. Reconhece o Governo que depois deste recrutamento não ficam suprimidas todas as necessidades de profissionais?
4. Prevê o Governo integrar os profissionais que estão em regime de prestação de serviços e de trabalhadores empresa no quadro de pessoal do Centro Hospitalar de S. João inserindo-os na carreira e com vínculo público? Se sim, quando vai proceder à abertura dos procedimentos concursais?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 3 de Junho de 2015

Deputado(a)s

CARLA CRUZ(PCP)

PAULA SANTOS(PCP)

DIANA FERREIRA(PCP)

LURDES RIBEIRO(PCP)